

ATA DA 003ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n. 0003/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei n. 0570/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que dispõe sobre a informação que deve ser fornecida ao consumidor nos restaurantes, bufês, bares, lanchonetes, cantinas, similares e quaisquer estabelecimentos que comercializam e entregam em domicílio pescados para o pronto consumo.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Direitos Humanos; de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, gostaria de parabenizar o município de São Francisco do Sul, juntamente com o seu prefeito Luiz Roberto de Oliveira, pelo aniversário de emancipação política do município, nos seus 168 anos de existência.

Parabéns, São Francisco do Sul!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ficam registradas as felicitações emanadas pelo eminente deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Da mesma forma, como fez o deputado Antônio Aguiar, queremos cumprimentar toda população de São Francisco do Sul, e também registrar que a Lei n. 15.109/2010, que eu tive a honra de sancionar, prevê que a capital do estado de Santa Catarina seja transferida simbolicamente para o município de São Francisco do Sul, todo dia 11 do mês de agosto, marco da criação capitania de Santa Catarina.

Então, nesse dia que São Francisco do Sul faz aniversário, quero lembrar que nós sancionamos a lei que denomina, no dia 11 do mês de agosto, como a capital de Santa Catarina.

Também deixo registrado que hoje também Rio do Sul completa aniversário de emancipação político-administrativa.

Parabéns a todos os moradores da capital do alto vale.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Nesta mesma linha, eu, hoje de manhã, na companhia do vice-governador Eduardo Pinho Moreira, estive no município de Rio do Sul, entregando a ordem de serviço para o esgotamento sanitário daquela cidade, no valor de R\$ 30 milhões. E logicamente, nós que representamos Rio do Sul nesta Casa e os pleitos junto ao governo do estado, quero desta tribuna cumprimentar a comunidade rio-sulense pelos seus 84 anos de emancipação político-administrativa.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 237, de autoria do deputado Natalino Lázare; 238, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso; 239 e 245 de autoria do deputado Antônio Aguiar; 240, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 241, 242 e 243, de autoria do deputado Neodi Saretta; 244, de autoria do deputado Leonel Pavan.

Comunica, igualmente, que defere de plano os Requerimentos n.s: 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254 e 255, de autoria do deputado Patrício Destro; 256, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 257, de autoria da comissão de Constituição e Justiça; 260, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera e 262, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Esta Presidência submete à deliberação do plenário as seguintes proposições:

Requerimento n. 258, de autoria do deputado Gean Loureiro, a ser enviado ao Superintendente Regional do DNIT, solicitando informações sobre o cronograma das obras de construção da ferrovia Leste/Oeste Catarinense e seu traçado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 259, de autoria do deputado Gean Loureiro a ser enviado ao Superintendente Regional do DNIT, solicitando informações acerca do cronograma das obras do Trevo da COOCAM e da existência de projeto para abertura das vias marginais na BR-470 e na BR-282, no município de Campos Novos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 261, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado à reitora da UFSC, solicitando informações acerca de seu posicionamento em aderir ao Enem/Sisu, para democratizar as vagas da instituição.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 263, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao reitor da Universidade Federal Fronteira Sul, de Chapecó, solicitando informações sobre o posicionamento oficial da instituição quanto à possibilidade de implantação da UFFS no município de Caçador.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 37, de autoria do deputado Antônio Aguiar, apelando à presidente da República e ao Ministro da Saúde, pelo reajuste, em caráter emergencial, da tabela do SUS para os hospitais filantrópicos e para os médicos que neles prestem seus serviços.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 81, de autoria do deputado Mauro de Nadal, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca da resposta oficial ao expediente de sua autoria, referente à consolidação das dívidas intermunicipais, recebido em 24/05/2013, pelo secretário do Planejamento, Murilo Xavier Flores.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 82, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviado ao secretário de estado da Infraestrutura, solicitando informações sobre quando se dará o término da pavimentação asfáltica da Rodovia SC-436, que dá acesso ao santuário da beata Albertina Berkenbrock, entre os municípios de Imaruí e São Martinho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 83, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao secretário de Infraestrutura, solicitando informações acerca das obras da rodovia que liga a BR-470 ao município de Mirim Doce.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação n. 84, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao governador e ao secretário de Desenvolvimento Regional de Ibirama, solicitando informações acerca da conclusão da obra do Centro de Convivência da Terceira Idade, no município de Vitor Meirelles.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 85, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao secretário de estado da Saúde, solicitando informações sobre eventual liberação de recursos, destinados para a construção de Centros Integrados de Saúde, no município de Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 86, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao secretário

de estado do Desenvolvimento Regional de Timbó, solicitando informações acerca das obras de manutenção da Ponte Pênsil Dona Clara, que liga os municípios de Rodeio e Timbó.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Finda a pauta da Ordem do dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado dr. Vicente Caropreso.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Só reforçando que hoje demos entrada a uma indicação solicitando ao governador que instale um posto de Polícia Rodoviária estadual na Rodovia do Arroz, que fica entre Jaraguá do Sul, ou entre Guaramirim e Joinville, pelo aumento exagerado do número de acidentes. Uma via que aumentou por demais o seu tráfego e já demanda um posto, inclusive da polícia, para reforçar o policiamento, já que é rota de fuga da região do Vale do Itapocu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, o primeiro orador inscrito, deputado Leonel Pavan, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, srs. deputados, na verdade vou usar a tribuna para informar aos nobres parlamentares que nós só estamos conseguindo algum resultado do governo, no momento, através de pedidos de informação.

Há pouco comentava aqui com alguns deputados, que muitas vezes falamos com o próprio governador, com o secretário de estado e aquilo que dizem acaba não se concretizando. Aquilo que sugerem que reivindicamos acaba ficando no ar, com apenas uma resposta vazia, porque acabam esquecendo, nos

parece. E por isso que estamos, então, encaminhando inúmeros pedidos de informação.

Hoje encaminhamos inúmeros outros pedidos que já havíamos feito em outras oportunidades ao governador, e ele não respondeu. E por uma informação desse mestre de leis, que é o deputado Fernando Coruja, soubemos que ele, o governador, não tem obrigação de responder.

Quando fui governador sempre disse para todos cumprirem rigorosamente o que diz a lei, que não deixassem passar o prazo e que respondessem os pedidos de informações. Ontem fui informado que o governador não tem obrigação de responder. Então, nós estamos refazendo os pedidos para os secretários. E esperamos que haja respostas para que possamos cobrar. O Parlamento tem um espaço importante para olhar, aprovar, reprovar e criar leis que possam beneficiar a população, mas, acima de tudo, também temos que fiscalizar.

Todo dia recebemos aqui visitas de prefeitos, de vice-prefeitos, de vereadores, de representantes de entidades sociais e de empresários reivindicando alguma coisa para a sua cidade e para sua região. De todos os pedidos de informação que encaminhei até agora, só obtive uma resposta. Isso, porque a nossa assessoria ficou constantemente cobrando, tanto do governo federal, que nos responderam em menos de 15 dias, do ministério de Cultura, quanto do próprio governo do estado, que foi referente à devolução de R\$ 740 mil, que era dinheiro do governo federal para implantar biblioteca em cidades com menos de 10 mil habitantes. Obtivemos a informação e comprovamos aqui que foi falha do governo, deixando passar o prazo por quatro vezes. E por quatro vezes o ministério da Cultura renovou o convênio e não adiantou.

Agora nós estamos, como parlamentares, reivindicando, através do governo, que o ministério da Cultura não deixe na mão os pequenos municípios, por uma falha administrativa. Através dos pedidos de informações, nós podemos solucionar ou ajudar a solucionar alguns problemas que estão a nossa frente, que é possível um parlamentar

contribuir. Mas quero dizer também que basta apenas vontade política, e não recebi até agora a resposta.

Meu primeiro pedido de informação apresentado nesta Casa foi sobre a rodovia Transbeto. Já se passaram mais de dois meses e nada. Milhares de pessoas foram ao Beto Carreiro e passaram pela rodovia. Nós, parlamentares, temos passado por lá e o mato está tomando conta. Quando o Luiz Henrique da Silveira foi governador e este deputado foi seu vice, uma das nossas preocupações foi manter a visibilidade do estado, manter o estado no índice de melhor destino turístico do Brasil. E essa é uma das rodovias de importância para o turismo neste estado. E roubaram a fiação da rodovia. Acho que nos últimos quatro anos que se passaram, devem ter reivindicado aqui essa melhoria. Houve dezenas de acidentes. Até sequestro houve naquela rodovia. Compete ao governo fazer a manutenção do que foi construído e isso infelizmente não ocorre.

Numa das conversas rápidas que tive foi dito que uma equipe de Joinville iria limpar a rodovia da Serra Dona Francisca, a rodovia que vai para São Francisco e aí por diante. Mas quando chegarem a Piçarras, a rodovia da Serra Dona Francisca já está cheia de mato novamente. É preciso que se olhem as prioridades. Nessa rodovia passam milhares de pessoas e por isso é preciso que haja a sua conservação. Nem o Beto Carreiro com seu destemido cavalo Faisca teria coragem hoje de passar por aquela rodovia.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Pois não!

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Nobre deputado, pela sua eloquência de sempre, aprendemos e reverenciamos o seu estilo de fazer política e de ocupar esta tribuna. Hoje, a exemplo do seu gabinete, recebemos vários líderes políticos de Penha para solicitar essa obra emergencial de recuperação, de melhorias da Transbeto. E também recebemos muitos telefonemas para questionar a situação das rodovias daquela

região, de Jaraguá do Sul, Blumenau, Pomerode. Às vezes, a solicitação é apenas no sentido de retirar o mato de perto de onde se trafega para melhorar a visibilidade dos motoristas. Então, as SDRs, que deveriam estar funcionando e serem peças para tornar ágeis os procedimentos, hoje em dia, estão paradas por falta de orçamento.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Quero cumprimentar v.exa. e dizer, quanto à fiação arrancada da Transbeto, que imagino que foi usado um guincho ou um trator para retirá-la há vários anos e desde então a rodovia está sem iluminação. Inclusive, acho que aquilo não daria para ser feito sem a proteção de alguém. De qualquer maneira, como v.exa. coloca, é uma obra importante e precisa de recuperação.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Para encerrar, gostaríamos de dizer que o prefeito Evandro dos Navegantes, do município de Penha, esteve aqui com vereadores e alguns secretários, falando novamente sobre esse problema. O filho do saudoso Beto Carrero, nosso amigo, também está preocupado. E voltaremos novamente a trazer esse pleito, se essa situação continuar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelo meios de comunicação, quero cumprimentar o presidente estadual do PSDB, senador Paulo Bauer; o presidente nacional, senador Aécio Neves, e todos os peessedebistas de Santa Catarina, que até meados de junho estão articulados, primeiramente nas convenções municipais e depois na estadual.

O Jornal *A Folha de S. Paulo* de hoje traz as principais notícias de ontem e quero destacar um pronunciamento que o senador Aécio Neves fez

chamando atenção a um aspecto importante. Não só a presidente Dilma Rousseff que era candidata, apesar de dizer que estava atenta aos atos de corrupção, empurrou-os para baixo do tapete, mas toda a estrutura governamental, inclusive a CGU - Controladoria Geral da União, que imaginamos ser um órgão público responsável por promover a transparência do governo. Quer dizer, a CGU recebeu informação do diretor presidente de uma empresa holandesa, a SBM, que teria repassado mais R\$ 31 milhões em propina. Seria o retorno a estrutura partidária e que, no entanto, a Controladoria Geral da União escondeu essa informação. Agora com o vazamento de uma porção de outros fatos não conseguiram mais esconder essa informação assegurando que não só a candidata procurava esconder, mas toda a estrutura de governo que ela tinha, justamente para que se mantivesse no governo deixando claramente e usando o estado para se manter no governo. E esse poder se espalha em vários lugares, não só nos partidos, nos municípios e estados, mas ali ao redor do Palácio.

Por exemplo, como vamos acreditar no STF, o Supremo Tribunal Federal, ao olharmos os ministros que hoje o ocupam e que, em suma, vão dar a última palavra em diversas questões. Como, por exemplo, apenas para informação, existem 11 ministros e desses, seis estarão sendo indicados ou foram indicados pela presidente Dilma Rousseff, contando o último, Luiz Edson Fachin; o Roberto Barroso, já havia sido indicado antes; o Teori Zavascki; o Ricardo Lewandowski; o Luiz Fux e a Rosa Weber, esses indicados pela presidente da República. São seis e mais dois pelo presidente, o Dias Toffoli e a Carmen Lúcia. E, agora, para completar os 11 temos Gilmar Mendes, indicado em 2002 pelo saudoso presidente Fernando Henrique Cardoso; o Marco Aurélio, pelo Collor; e Celso de Mello, pelo José Sarney. Ou seja, dos 11 que vão decidir qualquer coisa polêmica, oito foram indicados ou pela presidente Dilma Rousseff ou pelo Lula. E o último, Luiz Edson Fachin, foi cabo eleitoral da presidente Dilma Rousseff em 2010.

(Passa a ler.)

"Escolhido pela presidente Dilma Rousseff para o Supremo Tribunal Federal o advogado Luiz Edson Fachin. Aparece em um vídeo de 2010 gravado durante o segundo turno da campanha eleitoral pedindo votos para então a candidato do PT à Presidência, Dilma Rousseff."

O vídeo de quatro minutos está no *site YouTube*, do canal Dilma na *web* ligado à campanha. Fachin fala em um auditório lotado de apoiadores de Dilma em local não descrito. Na mesa do evento estão o vice-presidente, Michel Temer; a ex-ministra, Marta Suplicy, na época ministra do PT; o ministro Aloizio Mercadante; José Eduardo Cardozo, etc. Ou seja, usou a estrutura para se eleger e esconder fatos que não poderiam ser escondidos.

Hoje o Brasil dentro dos países em desenvolvimento é o pior de todos. Na América Latina nós perdemos para todos os países. Perdemos até para a Venezuela, Equador, Bolívia, enfim o nosso desenvolvimento está negativo, menos um, talvez zero, mas ainda considerando que o crescimento populacional foi de mais de 2% do ponto de vista relativo, se alguém tem dúvida que o crescimento foi negativo, não existe. Não tem a menor dúvida.

O crescimento foi negativo justamente porque nós tivemos o crescimento populacional, tivemos os jovens que entraram no mercado de trabalho e esperavam um local para trabalhar, estudar, enfim um local para se colocar e não tem, por conta do decréscimo que nós tivemos na nossa economia. E isso tudo, sem dúvida nenhuma, foi decorrente de uma política voltada exclusivamente para se manterem no poder, usando a estrutura do estado, fazendo algumas benesses.

Não estamos criticando aqui o programa Bolsa Família, os programas sociais que são importantes e que foram iniciados pela sra. Ruth Cardoso, esposa do Fernando Henrique Cardoso; não é isso que estragou o país, foi o conjunto de erros nas correções de rumo que deveriam ter tomado durante o governo, não o fez, chegou ao ponto, inclusive

cada um de vocês é prova disso, de diminuir a conta da luz. Chegaram ao ponto de dizer que a gasolina iria baixar no posto, na bomba. E, naturalmente, que isso dava aquela impressão de que esta era a presidente, esse é o governo que nós queremos, ou seja, que diminua a conta da luz, etc. Esse conjunto de desmandos é apenas mais um, mas houve através da Caixa Econômica, do BNDES, dos bancos de fomentos, enfim várias irregularidades foram cometidas por esse governo com o objetivo principal de se manter no poder e que para seduzir e enganar o povo no dia da eleição dizendo que esse era o bom.

E, agora, os fatos estão aí. E o que me preocupa é o fato de eles terem escondidos, mas me preocupa também o fato do governo criar agora, manter uma estrutura que poderá protegê-los, poderá transformá-los em anjos esses todos que praticaram esses atos em prol de manutenção de um partido no poder que, em suma, prejudicando a Nação brasileira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon. Eu quero dizer que nós, nesta Casa, acreditamos na democracia e na independência dos poderes e que cada um possa agir democraticamente sem influência partidária, por isso acreditamos no Supremo Tribunal Federal.

O próximo orador inscrito para falar é o deputado Cesar Valduga, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Muito obrigado, sr. presidente, quero cumprimentar v.exa., os srs. deputados e a população catarinense que nos acompanha.

O que me traz à tribuna é referente ao Projeto de Lei n. 4.330, projeto esse que precariza e rebaixa a condição de trabalho de milhares de brasileiros. Como nós estamos acompanhando, deputado Kennedy Nunes, a Câmara de Deputados está debatendo e prestes a aprovar, no dia de hoje, já que tramita e poderá ser votado o projeto que

amplia os casos em que pode ocorrer terceirização no Brasil.

O Projeto de Lei n. 4.330, de autoria do deputado federal Sandro Mabel, pretende legalizar a contratação de prestadoras de serviços para executarem as atividades-fim em uma empresa.

Como bancário entendo que a regulamentação da terceirização, da forma em que foi proposta, não busca o aumento da produtividade ou da competitividade. Busca, sim, tão somente um aumento nas taxas de lucro através do estrangulamento do trabalho.

A precarização das condições de trabalho e de emprego associada à terceirização é evidenciada em diversas pesquisas, entre elas, um amplo estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - Dieese. A pesquisa destaca pelo menos três indicadores relevantes das condições de trabalho que reforçam que a estratégia de otimização dos lucros via terceirização está, fortemente, baseada na precarização do trabalho.

A pesquisa aponta que o trabalhador terceirizado trabalha três horas a mais por semana e recebe 27% menos que um empregado direto. No setor elétrico, por exemplo, a taxa de mortalidade de um funcionário de uma prestadora é três vezes superior ao de um trabalhador de uma empresa contratante.

A terceirização também significa o aumento da rotatividade, que vem aumentando ano após ano. Hoje, ela está em torno de 57%, mas alcança 76% no setor de serviços. O Projeto de Lei n. 4.330 prevê a chamada "flexibilização global", um incentivo a essa rotatividade e conseqüente insegurança para os trabalhadores.

Quando analisamos as condições do ambiente de trabalho, o terceirizado lidera o ranking das doenças ocupacionais, dos acidentes de trabalho e até os de óbitos. O estudo do Dieese revela que a cada dez acidentes de trabalho, oito acontecem entre os terceirizados.

Entre 2010 e 2013, nas dez maiores operações de resgate de trabalhadores em situação análoga a

escravidão, quase 3.000 dos 3.553 casos envolviam terceirizados. Na construção de edifícios, foram 75 falecimentos de terceirizados num total de 135 mortes. A terceirização tresloucada e desenfreada transforma a dignidade humana em responsabilidade de ninguém.

O colunista professor e membro da comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, Eduardo Sakamoto, solicitou três especialistas em direito do trabalho, para que explicassem as consequências negativas para os trabalhadores caso o projeto de lei seja aprovado.

Rafael de Araújo Gomes procurador do Trabalho da 15ª Região disse também que a consequência da aprovação de projetos sobre o tema em trâmite no Congresso Nacional é que poderá uma empresa, se assim desejar, terceirizar não apenas parte de suas atividades, mas todas elas, não permanecendo com qualquer empregado. Teríamos então uma empresa em funcionamento, com atividades econômicas, mas sem nenhum funcionário.

Tomemos, para melhor visualização de tal disparate, autorizado pelos projetos, o caso de um banco, empresa com capital social superior a R\$30 bilhões e mais de 70 mil empregados.

Aprovada a terceirização nos moldes pretendidos, nada haverá na legislação que impeça os bancos de se livrar de todos os seus empregados, permanecendo com nenhum, mediante a terceirização de todas as funções. Se tal opção for economicamente vantajosa ao banco, ela poderá ser adotada. Teremos então uma empresa com capital social, faturamento e lucro da ordem de vários bilhões de reais, e nenhum empregado, ou seja, nenhum ônus trabalhista.

Parece o cenário com o qual sonharam os banqueiros de todas as épocas em seus devaneios mais loucos, não? Todos os lucros, e nenhuma responsabilidade, pois tal sonho de qualquer capitalista poderá enfim se transformar em realidade, em nome da modernidade, e da competitividade.

Renato Bignami, auditor fiscal do trabalho em São Paulo ao autorizar, via processo legislativo,

a subcontratação da principal atividade de determinada empresa, sem que haja uma contrapartida jurídica de manutenção da garantia do equilíbrio contratual, a exemplo da responsabilização solidária, o legislador está dando um tiro de misericórdia no direito do trabalho.

E dizer que todas as relações irão se dar com base no direito civil/mercantil, privatistas ao extremo. Futuramente não haverá mais empregados. Quem irá contratar uma pessoa que reclama, que fica grávida, que falta ao serviço, que não abaixa a cabeça e atende a todo tipo de ordem, e que, além do mais, custa o dobro e possui direitos péticos, como limite de jornada de trabalho e piso salarial? Irá naturalmente contratar uma quarteirizada e que, em última análise, também irá contratar um microempreendedor individual, por exemplo, sem que isso possa ser considerado fraude, à luz da legislação proposta pelo deputado federal Sandro Mabel.

Então, portanto, sr. presidente, se trata do extermínio total e completo dos riscos da atividade econômica sem que haja um mínimo de divisão dos lucros advindos, via valorização do trabalho. Nossa sociedade terá uma lei que valoriza a liberdade de empresa (princípio da livre iniciativa) ao extremo, sem garantir a proteção que o direito do trabalhador buscou construir, no decorrer dos últimos 90 anos.

No entanto, devemos sempre lembrar que a Constituição é clara, no art. 1º, Inciso IV, ao afirmar que o Brasil constituiu-se em um Estado Democrático de Direito que tem por fundamento os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, em iguais proporções.

Este PL n. 4330 subverte esse princípio e desregula a balança em nítido 'desvalor' do trabalho. Caso o PL seja convertido em lei será o caos e seguramente não colaborará nem para garantir segurança jurídica aos empresários e, muito menos, para construir a coesão social tão necessária nos dias de hoje, em que vemos a

população sair às ruas clamando por melhores condições de vida.

Por fim, teremos a legislação mais liberal do mundo ocidental, mais ainda que a lei chilena, deputado Kennedy Nunes, e seguramente mais que qualquer ordenamento europeu (todos garantem, pelo menos, que haja solidariedade jurídica entre os elos). Iremos de encontro à Recomendação 198, da Organização Internacional do Trabalho, que sugere um maior nível de proteção com relação ao emprego, e uma valorização crescente do princípio da primazia da realidade como fundamental na determinação da relação de trabalho.

Enfim, sr. presidente, v.exa., como trabalhista que foi, brizolista, o PL legitima todo tipo de fraude a que estamos acostumados a denunciar e a atacar, no curso da atividade inspeciona um verdadeiro retrocesso.

O pior cenário é não haver nenhuma defesa ao direito de negociação coletiva e de representação sindical. Ao permitir o deslocamento de uma atividade estratégica da empresa para qualquer prestador de serviço, você está alterando de modo unilateral a formação dos contratos coletivos de trabalho e, por via indireta, dos contratos individuais.

Outra dimensão dramática é não estabelecer a solidariedade entre prestadores e tomadores. Se eles criam os riscos não podem ter limitação quanto à responsabilidade dos riscos em face de terceiros.

Então, sr. presidente, flexibilizar, precarizar as leis trabalhistas isso não pode acontecer no Brasil, porque quem acaba sendo o mais prejudicado é aquele que produz, é o trabalhador e sem dúvida nenhuma e aqueles que também promovem o emprego.

Meu grande abraço, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Deputado Cesar Valduga, o PCdoB não tem aqui só um deputado, mas tem um guerreiro em defesa dos trabalhadores.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados.

Sempre há a oportunidade do contraditório. Eu particularmente defendo a terceirização, respeitando, evidentemente, a posição do deputado Cesar Valduga. E nós precisamos flexibilizar toda a situação, a legislação para permitir que realmente o setor produtivo possa ter condições de poder competir.

Mas é um tema importante que em um determinado momento vamos discutir sobre essa seara.

Sr. presidente, srs. deputados, tive o privilégio de participar de uma ação social feita pelo município de Criciúma através da secretaria de Ação Social, que desenvolveu um trabalho sobre o FIA, Fundo Municipal da Infância e Adolescência, juntamente com o deputado José Nei Ascari, e v.exa., deputado Luiz Fernando Vampiro, deve ter também passado por lá.

(Passa a ler.)

"O Fundo Municipal da Infância e Adolescência é um Fundo especial, criado para captar recursos por meio de doações, com a finalidade de financiar programas e projetos de ações voltados para a promoção e a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Os recursos são fiscalizados e gerenciados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Para que as pessoas conheçam mais o projeto o governo do município de Criciúma montou uma cartilha que consta os números das doações dos últimos anos e também as entidades que são beneficiadas com recursos. A ideia é fazer com que todos saibam como é possível contribuir com instituições filantrópicas da cidade. O processo é legal e está em conformidade com a Receita Federal. A doação pode ser deduzida na declaração do Imposto de Renda tanto da pessoa física quanto da pessoa jurídica. A cartilha é pioneira em Santa Catarina e tem a participação do Conselho

Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o CMDCA.

Tal conselho tem como competência formular políticas de atendimento defesa e promoção e fiscalização da violação aos direitos das crianças e adolescentes.

Quero aproveitar para parabenizar o responsável pela captação de recursos na prefeitura, que é o servidor Mateus Machado Rossi, pelo trabalho desenvolvido. Parabenizar as empresas que participam com doações e contribuem, e destacar a importância que é para as entidades receber os frutos dessas doações.

Estão no cadastro as instituições, Associação Beneficente Abadeus, Nossa Casa, Bairro da Juventude, Casa dos Sonhos, Associação Cidadania e Ação e a Casa do Guido, que recebeu no último sábado um veículo, uma Ducato para transportar as crianças fruto da captação desses recursos.

Por que doar? As doações ao FIA possibilitam as qualificações da rede de atendimento auxiliam no processo de inclusão de jovens cidadãos que vivem em vulnerabilidade social em situação de rua, e evitam que outras crianças e adolescentes possam fazer da rua seu local de subsistência e moradia.

Sua contribuição além de auxiliar muitas crianças e adolescentes atendidos diariamente pela rede municipal conveniada é um exercício de cidadania ao contribuir com o FIA, você está decidindo que parte do seu imposto fique em Criciúma para o desenvolvimento de programas e projetos dirigidos a nossa infância e juventude. Além disso, as doações podem ser deduzidas do imposto de renda, ou seja, de 3% até 6% pessoa física e 1% para pessoa jurídica."

Deputado Luiz Fernando Vampiro, deputado Kennedy Nunes e o deputado José Nei Ascari acompanharam comigo uma ação promovida pelo município e também pela secretaria de Ação Social, a titular da pasta é Solange Back, e eu quero destacar a importância desse projeto, e o quanto as entidades e a sociedade como um todo está desinformada.

Desinformada, essa é a grande verdade. E eu estava observando uma cartilha muito bem redigida, com uma metodologia e didática de fácil entendimento, e vi, por exemplo, que na região carbonífera dos 12 municípios somente três municípios construíram o fundo, deputado Luiz Fernando Vampiro.

Imagine isso nos 295 municípios do estado, ou seja, a região tem um potencial para arrecadar R\$ 7.122.816,04 milhões ao ano. Agora, imagina isso no decorrer de uma década, duas décadas, o quanto se perdeu, o quanto se deixou de investir, quanta inclusão social não se permitiu a tantas pessoas, a tantas famílias carentes e que carecem e necessitam de um atendimento, de um olhar mais atencioso por parte dos governos.

A região do Amurel R\$ 4,88 milhões e a região da Amesc R\$ 3,29 milhões perfazendo um total de R\$ 14 milhões por ano. Imaginem uma cidade como Florianópolis, São José, Palhoça e Joinville, deputado Kennedy Nunes, v.exa. que é de lá. E perceber, deputado Leonel Pavan, que preside esta sessão, a sociedade é partícipe, o povo brasileiro é solidário, a partir do momento que visualize uma condição estruturada por alguém que está à frente de uma entidade ou de um programa e que esse se caracterize como idôneo, pessoas do bem.

A sociedade tem satisfação em participar de projetos dessa natureza, e perceber lá a Casa Guido, por exemplo, uma entidade que estamos acompanhando há muitos anos, como parceiro e assim também como tantos outros deputados, v.exa. deputado Luiz Fernando Vampiro, que também é parceiro dessa entidade. Entidade que possibilita dar um pouquinho mais de conforto às crianças que muitas vezes em último estágio, com os dias contados, ter um pouco mais de dignidade, um transporte mais adequado e mais confortável para que possa inclusive padecer com dignidade. Realmente isso nos enaltece, nos fortalece, e dá a certeza que precisamos sim estar atentos a esses tipos de programas, ajudar a difundir, porque esse é um programa que precisa ser espraçado como exemplo para todo estado de Santa Catarina, e

talvez para outros estados da federação, porque esse recurso acaba ficando no Tesouro Nacional, por falta de informação, de acesso, de a sociedade poder acessar esse tipo de informação.

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Deputado Valmir Comin, gostaria de parabenizá-lo pela informação importante que traz a todos os catarinenses, e dizer que mais do que uma conscientização essa revista, esse exemplar na verdade registra as ações importantes do FIA, que obviamente são as diretrizes das políticas públicas voltadas ao risco social das crianças e adolescentes.

Mas, o que acho mais importante neste momento, deputado Valmir Comin, na verdade é desmistificar o cidadão, às vezes as pessoas acham que a captação tanto para o Fundo de Cultura e Turismo, tanto para o FIA, as pessoas físicas ou jurídicas não querem fazer captação com medo do leão, ou seja, do imposto de renda, de uma receita, de terem uma fiscalização mais forte nesse sentido. Eu acho muito importante essa sua colocação, mas principalmente no caráter, no viés de desmitificar a captação que é uma coisa legal, que não vai ter qualquer tipo de problema, que qualquer cidadão pode fazer a sua ação social e deduzir do seu imposto de renda. Seu pronunciamento foi muito importante e parabéns pela sua colocação.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Eu agradeço o seu aparte, vou incorporá-lo ao meu pronunciamento, realmente v.exa. tem razão, as pessoas acham que é um bicho de sete cabeças, e na verdade é simplório, e precisa realmente ter o acesso a essa informação.

O trabalho que a Casa Guido, que a Casa Abadeus, que o Bairro da Juventude faz é dignificante, isso muda o eixo completamente da vida de um ser humano, entre o caminho das drogas e o caminho do bem.

Então, sr. presidente, eu só gostaria de reiterar e parabenizar o prefeito municipal,

Márcio Búrigo, do município de Criciúma, o conselho que desenvolveu todo esse projeto através dessa cartilha, e que possa servir de referência, talvez até ser aprimorada. E por que não? Estamos sempre sujeitos a melhorar cada vez mais. Mas, colocar isso de pronto à sociedade, este é um dever e obrigação de nós homens públicos e também como cidadãos, era isto sr. presidente, srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, sr. presidente, quero cumprimentar todos os deputados, o deputado Luiz Fernando Vampiro, a todos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Estou aqui para falar sobre alguns temas, o primeiro eu quero estender convite a todos os parlamentares, que na próxima quarta-feira até sexta-feira, vai acontecer em Chapecó o 2º Seminário Mercosul Cidadão, e nós vamos tratar sobre os recursos híbridos e a gestão de água, mas também vai ter paralelo a esses temas o encontro de todas as Universidades dos Países do Mercosul, onde vamos tratar entre alguns assuntos o reconhecimento de diplomas entre as Universidades do Mercosul, vamos também ter a palestra do jornalista Ariel Palacios, que faz a cobertura do Canal de Notícias *Globo News* - dos assuntos internacionais, para se ter uma avaliação do momento que passa a Argentina. Vamos ter também a palestra do dr. Rosinha, que é alto representante-geral do Mercosul.

Eu chamo atenção, e o deputado Rodrigo Minotto, que é representante da comissão do Mercosul, e estará presente também, estamos tratando isso com muito carinho, até porque o Mercosul não é só containers, toneladas e valores. Se fala do Mercosul cidadão, deputado Valmir Comin, para se conseguir e facilitar a vida do cidadão, principalmente o fronteiro.

Então, eu quero mais uma vez estender o convite a todos os parlamentares, e também a quem está nos assistindo para estar presente no Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo de Nes, em Chapecó, evento produzido pela União Parlamentar da UPM, que tenho a grata satisfação de ser vice-presidente e presidente do bloco brasileiro, e também pela prefeitura de Chapecó, com o apoio integral da Assembleia Legislativa e da Escola do Legislativo.

Srs. deputados, na campanha para prefeito do segundo turno, deputado Valmir Comin, que tive a honra de participar e disputar, veio uma enxurrada de denúncias feitas pelo candidato opositor, inclusive feitas através de peças publicitárias para o rádio e televisão. Uma dizia delas dizia que eu havia conseguido R\$ 1 milhão para o Avaí, não sei de onde, até o pessoal do Avaí me ligou dizendo que queria o dinheiro, e tantas outras. E uma delas é que eu recebia diárias para ficar em Joinville. E ontem recebi do Ministério Público estadual um ofício do procurador-geral dizendo que essa denúncia foi arquivada, porque não teve nenhuma irregularidade e nunca aconteceu nada.

Estamos no mês de abril de 2015 e a denúncia aconteceu em setembro de 2012. E precisamos mudar tudo isso. Ainda não consegui ver ninguém, quando se fala em reforma política, falar em mudança nas campanhas eleitorais. É muito fácil denegrir a imagem de alguém, e depois de muito tempo conseguimos recuperar a verdade na justiça; foi o que aconteceu ontem comigo, ou seja, consegui o atestado do Ministério Público de que a denúncia feita pelo então candidato Udo Döeler era mentirosa. Mas o prejuízo que ficou, até pessoal, quem vai recuperar? Só agora o Ministério Público disse que eu tinha razão. Mas e agora?

Precisamos incluir esse item na pauta da reforma política. Vimos agora uma campanha de segundo turno feita pela presidente Dilma, vexatória. Ataques e mais ataques em cima do outro candidato. Não havia proposta política somente ataques. E fico imaginando, porque fiz uma campanha no segundo turno só de propostas, não fiz

um ataque sequer. Até porque quando deu o resultado do segundo turno, o candidato Udo Döeler, que ficou em segundo lugar me propôs fazer uma campanha limpa. E eu apertei a mão dele disse: vamos fazer uma campanha limpa, sim. Ele foi duramente atacado no primeiro turno pelos outros candidatos. E eu pensei que ele tinha palavra! Eu cumpri minha palavra, porque meu pai me ensinou a honrar a minha palavra.

Mas o meu oponente, no primeiro comercial veiculado na TV já foi de ataque. E eu fiquei só nas propostas. Errei, porque parece que quem ataca é quem ganha uma eleição. Está aí a presidente Dilma Rousseff, que fez uma campanha nojenta no segundo turno, no rádio e na televisão, só de ataques e ganhou. E agora?

Então, quero agradecer as pessoas que sempre acreditaram em mim. Agradeço ao Ministério Público, que faz valer a verdade e fazer um pedido: vamos incluir no tema reforma política alguma coisa que estanque esse tipo de campanha, que pare com esse tipo de ação, que utilize o grande expediente que é tempo de rádio e televisão para mostrar propostas, para explicar como fazer, de onde vem o recurso, como será executado. Esse é o tipo de campanha que precisamos que as pessoas querem assistir! Não a campanha do ataque, da vergonha, do jogo baixo, da rasteira, da mentira, da discórdia. Isso o povo não quer! O povo quer propostas, quer saber como fazer.

Quero lavar minha alma. Estou completando este ano, sr. presidente, 27 anos de vida pública, daqui a três anos completo 30 anos, comecei aos dezoito. E nestes 27 anos de trabalho, posso dizer que não tenho uma mancha! Por isso, este é um momento solene, quando posso usar a tribuna do Parlamento Catarinense e dizer que a verdade foi restabelecida, pena que tanto tempo depois. Mas valeu! Sinto-me melhor.

Quero agradecer aos meus filhos Sigian e Rhuam e minha esposa Sigiane, eles sofreram na escola, na rua, naquele tempo. Mas posso dizer a eles que têm um pai e um marido honrado, que nunca vai envergonhar vocês.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado José Milton Scheffer, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, nesta tarde quero me referir a um assunto que diz respeito a 200 mil propriedades agrícolas de Santa Catarina, que é o Cadastro Ambiental Rural.

Depois de todo debate havido sofre o Código Ambiental aqui em Santa Catarina, e foi aprovado em nível nacional, é necessário que cada propriedade tenha seu cadastro para que não seja obrigatório deixar 20% para reserva legal. E essa lei caiu na burocracia do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama e demorou muito. Quando entrou em vigor aqui em Santa Catarina com os órgãos, já era maio de 2014. Até o presente momento apenas 20% dos agricultores conseguiram fazer o cadastro ambiental rural, que é pré-requisito para que a propriedade tenha o laudo ambiental para poder fazer financiamento, qualquer tipo de contrato com os governos federal e estadual.

Srs. deputados, infelizmente para fazer esse cadastro exigem uma série de informações que precisam passar pelas mãos de técnicos das cooperativas, dos sindicatos, da Epagri e os agricultores, na sua grande maioria, não conseguem, efetivamente providenciar toda essa documentação da sua propriedade para que através do CAR - Cadastro Ambiental Rural - seja instituído também no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural - Siscar.

Isso tem causado um transtorno muito grande, foi dado o prazo de um ano e daqui a vinte e poucos dias, início de maio, esse prazo estará encerrando e apenas 20% das propriedades de Santa Catarina estão cadastradas. Fizemos aqui nesta Casa, um pedido para que o governo federal, o governo estadual e o Ibama prorroguem o prazo por

mais um ano para que os nossos agricultores, proprietários rurais possam efetivamente, no devido tempo, ter suas propriedades cadastradas e que não venham, num futuro muito próximo, serem penalizados.

Hoje nenhum agricultor consegue transferir sua propriedade, tirar uma licença ambiental, fazer um financiamento sem que sua propriedade esteja devidamente cadastrada. E o prazo se encerra daqui a 20 dias. Repito, é preciso que o governo federal prorrogue em todo o Brasil, e sabemos que em Santa Catarina é um estado que está mais a frente. Mas, mesmo assim temos apenas 20% das propriedades agrícolas cadastradas.

Faço esse apelo aqui em nome da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Santa Catarina - Fetaesc - e da Federação da Agricultura - Faesc - que representam o bojo das propriedades rurais. Não é justo que o agricultor que esteja trabalhando seja penalizado porque o governo demorou a lançar todo o regramento e se organizar para poder criar o sistema nacional de cadastro ambiental rural. E por sua vez, Santa Catarina também através da Fatma demorou muito para ficar habilitada para receber essas informações.

Então, na tarde de hoje, aprovamos um requerimento pedindo para que o governo estadual e o governo federal acelerem todos os tramites necessários para que os nossos agricultores não venham a ser penalizados por um erro do próprio governo, e a partir daí que definiu o prazo de apenas um ano, com possibilidade de prorrogação por mais um ano para que o proprietário faça o devido cadastro.

Por isso, entretanto, a efetiva elaboração do cadastramento de modo que os proprietários tivessem a sua situação ambiental regularizada e que só pode acontecer a partir de maio de 2014, porque o ministério do Meio Ambiente teve que emitir uma instrução normativa, fazer uma série de acertos com os estádios e aí acabou prejudicando os agricultores.

Aqui em Santa Catarina tem 200 mil propriedades rurais, apenas 50 até o momento estão

cadastradas. Isso traz uma série de transtornos à vida dos agricultores nos próximos anos. Por isso, quero aqui fazer um apelo para que o governo estadual, o governo federal providencie a prorrogação por mais um ano para que os agricultores possam legalizar as suas propriedades através do cadastro ambiental rural, que repito foi um avanço na legislação permitindo que com as informações o agricultor ele fique habilitado para outras operações com o poder público.

Então, fica aqui o nosso apelo.

Gostaria também de aproveitar o tempo que me resta, já que nós temos um criciumense presidindo esta sessão e outro assistindo. Criciunense de coração deputado Luiz Fernando Vampiro, e de carteirinha também, assim como eu, e v.exa. é torcedor do Criciúma, que precisa da nossa torcida e do nosso esforço. Mas, além de torcedor do Criciúma, nós três aqui somos também defensores do hospital São José, que se encontra numa situação bastante difícil, com uma dívida de mais de R\$ 20 milhões pra receber do SUS e que tem hoje o seu corpo de médicos paralisados. O hospital está atendendo na porta de emergência e tratamento de câncer, cardiológicos de alta complexidade para não abandonar essas pessoas.

É um hospital que atende todo o grande sul do estado, um dos maiores hospitais filantrópicos de Santa Catarina e do Brasil. Mas, que em função da defasagem da tabela do SUS se encontra com uma dívida a receber do sistema de mais de R\$ 20 milhões. Já recebe pouco, mesmo assim ainda não recebeu.

Mesmo assim nós precisamos sensibilizar o próprio governo do estado, o ministério da Saúde, a prefeitura de Criciúma para num mutirão evitar que o hospital continue parado. Está causando um transtorno para uma população de quase 700 mil habitantes.

Nesta última segunda-feira, estivemos numa audiência da comissão de Saúde lá no hospital acompanhado de alguns deputados, o deputado Cleiton Salvaro, o deputado Ricardo Guidi, o deputado José Nei Ascari, conversando com a

direção do hospital para encontrar uma saída. Precisamos reabrir, deputado Luiz Fernando Vampiro, as negociações com o governo do estado e também com a direção do hospital para viabilizar. Um hospital que tem uma história de muito mais de 50 anos de atendimento. Um atendimento hoje barato para o governo. Se o governo tirar o hospital São José e colocar um hospital público irá aumentar a despesa em mais de 50%.

Então, queria fazer um apelo aqui para que com a ajuda dessa Casa, tanto o secretário João Paulo Kleinübing, a quem vou conversar com ele amanhã pela manhã, quanto ao governador Raimundo Colombo pudesse receber os deputados do sul e a comissão de Saúde para tratarmos desse assunto, que digo e repito, é fundamental, principalmente as pessoas de baixa renda e que dependem daquele hospital para o atendimento.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não! Quero ouvir o deputado Serafim Venzon, que também tem a sua raiz lá no sul do estado.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado José Milton Scheffer, estava aqui ao lado do microfone, principalmente para ouvi-lo, mas também queria contribuir em parte com o seu pronunciamento, pois nesta questão, que é nacional e estadual existe um agravante, porque que os hospitais não funcionam pelo SUS? Além dos problemas da tabela SUS estar defasada desde 1996, como v.exa. falou, ainda foi agravada por um procedimento que o governo federal tomou fazendo com que na hora que paga a conta do hospital, essa conta não é mais paga para os profissionais, como era até 2006, 2007.

Anteriormente a conta do cirurgião passava a parte do cirurgião, do auxiliar, do hospital, enfim, todos que participavam da conta, do atendimento, cada um recebia na sua conta o valor equivalente, mesmo que pequeno. Depois que o governo federal tomou a decisão de pagar a conta tudo junto, a grande maioria dos hospitais recebe o dinheiro, paga aquilo que é indispensável, como

a luz, a água, o mercado, a lavanderia, o laboratório, e os médicos ficam sem receber.

Então, não só no hospital São José, mas em todos os hospitais de Santa Catarina, além do problema financeiro do hospital ainda existe um grupo de médicos contra, justamente, porque eles não recebem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Obrigado, sr. deputado Valmir Comin, além do mais criou-se um programa de incentivo para o hospital que desconta daquilo que ele já recebia. Ou seja, não é incentivo, e mesmo sendo pouco o hospital não recebeu.

Então, hoje, se ocorrer um desmonte do hospital São José, nós de Criciúma, do sul do estado vamos levar mais dez anos para poder construir uma instituição com expertise, com o conhecimento técnico, com os profissionais que o hospital São José tem hoje.

Por isso, é preciso sensibilizar aqui o secretário estadual de saúde, o governo do estado para intervir junto ao governo federal para que o hospital possa dar sequencia ao seu trabalho e receber novos investimentos e receber também aquele dinheiro do serviço que ele já prestou, bem como também novos convênios para continuar atendendo com qualidade a nossa população do sul do estado.

Quero contar com o apoio de todos os srs. parlamentares nessa luta. Registro aqui a presença do deputado Cleiton Salvaro, que esteve conosco na última segunda-feira, junto a direção do hospital.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda no horário de Explicação Pessoal, como o último orador é o deputado Luiz Fernando Vampiro, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Sr. presidente, gostaria de cumprimenta-lo e cumprimentando v.exa., cumprimento os demais deputados aqui participantes, com exceção do deputado Kennedy Nunes, que é do norte de Santa Catarina, mas 50% da bancada do sul está aqui.

Cumprimentar também o público que nos acompanha e os servidores, eu queria aqui relatar alguns assuntos importantes que são de ordem obviamente nossa, do sul de Santa Catarina.

Primeiro, gostaria de falar de uma situação muito importante da solução dada efetivamente aos avanços que tivemos nos quesitos mobilidade urbana no sul de Santa Catarina.

Na segunda-feira, dia 27 de abril, começa o mais esperado, o mais lendário voo de Santa Catarina que é o voo do aeroporto Humberto Bortoluzzi, da cidade de Jaguaruna, concebido há três anos, que até então não tinha qualquer tipo de operação regular naquele equipamento aeroviário. Então, a partir de segunda-feira, do dia 27, terá efetivamente a sua estreia no cenário comercial tendo dois voos, um às 13h, indo à capital paulista, no aeroporto de Congonhas, e outro retornando às 15h, de Congonhas para o aeroporto de Jaguaruna.

Isso será muito importante e significativa para os 48 municípios do sul de Santa Catarina, para os quase 900 mil habitantes. Principalmente, quero relatar, sr. presidente deputado Valmir Comin, que teve um lançamento da empresa TAM e comercial, na semana passada, na cidade de Criciúma e já vendemos mais de 3.500 passagens. Isso mostra efetivamente a carência da região para o aeroporto de Congonhas.

Nós temos também e garantimos mais uma situação relativa a manutenção da Infraero por mais um ano para os estudos que fizemos nessa região para que continuamos também com o voo da Azul para Campinas, aeroporto Viracopos, muito importante para a ramificação dos voos da empresa Azul para todo o país.

Então, será muito importante para o sul de Santa Catarina a manutenção desses dois equipamentos intermodais aeroviários.

Quero também reforçar o que sempre falo desta tribuna, ou seja, o sul de Santa Catarina não tem o direito de perder mais nada e, sim, de adquirir. E a partir deste momento, com a junção dos esforços do governador Raimundo Colombo, do

ministro da Aviação Eliseu Padilha, dos deputados, aqui faço um relato muito forte à antiga bancada que aqui esteve, mas a atual da bancada legislativa do sul de Santa Catarina, dos oito deputados que estão em conjunto lutando por uma bandeira muito importante e significativa para a região.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Concedo um aparte ao deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Eu não poderia deixar de falar sobre isso, deputado Luiz Fernando Vampiro, parabenizar pelo seu pronunciamento, e dizer que é de extrema importância esse aeroporto que passa a ser o sexagésimo sétimo aeroporto do Brasil. Vemos o tamanho de um país continental e temos só 66, agora com o aeroporto de Jaguaruna, a cidade de minha mãe, será o aeroporto de n. 67. Como v.exa. disse: muita gente preferiria ir a Porto Alegre embarcar no Salgado Filho para não pegar o estresse da Via Expressa, da ponte, entrar na Ilha e ir até o aeroporto de Florianópolis.

Então, agora com essa potencialidade que temos em Jaguaruna vai ajudar e muito e passar a ser, até porque pela localidade, bem melhor em relação à neblina, vento e tudo mais, porque aqui há problema do vento no inverno, principalmente no aeroporto de Florianópolis. E em Jaguaruna vai passar a ser um aeroporto para descida de muita gente que não conseguia descer em Florianópolis por questões climáticas que acaba descendo lá e fica perto.

Então, parabéns por esta questão estratégica de colocar na cidade de Jaguaruna esse aeroporto.

Obrigado, pelo aparte.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes, que é um deputado por toda Santa Catarina, mas tem uma atuação muito forte, familiar no sul de Santa Catarina. É um deputado muito atuante que nos auxilia e nos ajuda nesse sentido.

Gostaria de falar a respeito da agenda que fiz ontem com o vice-governador Eduardo Pinho Moreira,

com o então presidente da Casan, Valter José Gallina, com os deputados José Milton Scheffer e José Nei Ascari, no sul de Santa Catarina, onde estivemos fazendo algumas ações importantes.

Eu sempre digo que água é fundamental para a nossa subsistência, sobrevivência. E ontem nós levamos ao município de Ermo, uma região que não existia qualquer tipo de água encanada em seus 39 anos de emancipação político-administrativa.

Inauguramos uma ETA, Estação de Tratamento de Água, na cidade de Turvo, e essa cidade possibilitou que fizesse uma rede de mais nove quilômetros para o município de Ermo. Inauguramos ontem tanto a ETA de Turvo, água canalizada, cristalina no município de Ermo. Também fizemos uma ação no município, que é a terra natal do deputado Valmir Comin, que preside esta sessão.

O deputado Valmir Comin sabe que a barragem do Rio São Bento foi fundamental e necessária para que a água potável chegasse a milhares e milhares de consumidores no extremo sul e no sul de Santa Catarina. É uma ação muito importante, só que uma comunidade ao lado da barragem do Rio São Bento, a comunidade de Rio Jordão, não tinha água encanada. Pasmem! Mas parece um caso surreal: do lado de uma barragem, não tinha água encanada!

Ontem também numa ação da Casan, com o prefeito Hélio César, o alemão, de Siderópolis, fizemos a inauguração da água encanada chegando até o município de Rio Jordão.

Gostaria de fazer o esclarecimento e agradecer ao governador João Raimundo Colombo, ao presidente da Casan, Valter José Gallina, ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira, ao deputado José Nei Ascari, ao deputado José Milton Scheffer, junto com este que fala representando, obviamente os outros cinco deputados cumprindo agenda, como a do Hospital São José, tão importante quanto.

Vou aproveitar os três minutos que me restam para falar um pouco da serra também, porque no final do mês passado, deputado Kennedy Nunes e deputado Cleiton Salvaro, estive na comunidade de São Joaquim participando da II Vindima, que é a

festa da colheita da uva que movimentou todo o planalto serrano.

Além de São Joaquim, vinícolas de Urubici, Lages, Videira, Campo Belo, Treze Tílias, Água Doce. Também participamos do evento que, segundo os organizadores, atraiu mais de 10 mil turistas. Com mais de 20 atrações artísticas e culturais, como o *ballet* Bolshoi. Enfim, foram quatro dias de festa e de alegria, mas principalmente destacando a região como um importante centro produtor de uvas e vinhos finos de altitude no país.

Somente em 2014, mais 1,5 milhão de toneladas de uvas de altitude foram colhidas. Na safra desde ano, em razão do bom tempo, houve um incremento de 25% na produção das uvas *cabernet sauvignon*, *merlot*, *chardonnay* e *sauvignon Blanc*.

Vale informar que o nosso estado tem se destacando em vinhos de altíssima qualidade. É importante dizer dos empreendedores que lá fazem daquela região uma transformação artística cultural dos investimentos que o governador Raimundo Colombo vem fazendo em mobilidade urbana, principalmente nos acessos, mas também convênio com o prefeito Humberto Brighenti para revitalizar a tão sonhada São Joaquim ser um exemplo de Gramado.

Tive a oportunidade de visitar várias vinícolas, mas uma me chamou a atenção que foi a Carol, na Vinícola Monte Agudo. Nós, além de degustarmos bons vinhos, almoçamos lá, o prato de entrada foi *carpaccio* de frescal da serra, do Frigans, do Toti e do Lauro Zandonai, o prato principal foi um carreteiro com pinhão e a sobremesa uma torta de maçã.

Isso mostra que estão agregando valor à cultura e à culinária local com vinhos, mas também estão levando tudo da casa, da região, obviamente fazendo com que a receita e a renda girem em torno do município, e há um crescimento muito significativo nesse sentido.

Por isso, gostaria de parabenizar todo o planalto serrano por essa festa e dizer da importância significativa, não só agora São Joaquim como a capital nacional da produção de

maçã, safra essa que também começou a ser colhida nesta semana, mas como uma grande capital mundial dos vinhos de altitude com qualidade, com quantidade, e isso é muito importante para a nossa região, levando uma melhor qualidade de vida para o povo serrano.

Então, dizer parabéns àqueles que estão imbuídos na melhoria da qualidade de vida de São Joaquim, da água para o nosso extremo sul de Santa Catarina e o nosso aeroporto. E dizer que estamos aqui com uma pauta efetivamente positiva nessa linha. Obviamente, temos outras questões a serem discutidas, como o Hospital São José, onde o deputado Cleiton Salvaro, o deputado Ricardo Guidi, assim como outros deputados estiveram lá e estão irmanados conosco na solução.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comum) - Obrigado, deputado Luiz Fernando Vampiro, pelas suas palavras.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os Srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.